

BSFEAC

**ANÁLISE DE
BALANÇOS POR
ÍNDICES**

1996

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgada pela Universidade Federal do Ceará - UFC, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Ana Kátia Alves de Moura Fonteles

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 28 / Aço / 96

Pretextato Salvador Quaresma Gomes de Oliveira Mello
(Orientador)

1
Maria das Graças Arraes Araújo
(Coordenadora do Curso)

(Professor Convidado)

ANÁLISE DE BALANÇOS POR ÍNDICES

ANA KÁTIA ALVES DE MOURA FONTELES

BSFEAC

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

FORTALEZA(CE) - 1996

SFEAC

AGRADEÇO:

a Deus que me possibilitou a vida e deu-me força e coragem;

ao Professor Pretextato por sua dedicação na orientação deste trabalho;

aos meus pais Moura e Juraci, por acreditarem em mim;

ao meu marido Fonteles, pelo apoio recebido.

SUMÁRIO

- 1.0 - Introdução, 04
- 2.0 - Princípios Contábeis, 05
 - 2.1 - Princípio da Entidade, 05
 - 2.2 - Princípio da Continuidade, 06
 - 2.3 - Princípio da Oportunidade, 06
 - 2.4 - Princípio do Registro pelo Valor Original, 07
 - 2.5 - Princípio da Atualização Monetária, 07
 - 2.6 - Princípio da Competência, 07
- 3.0 - Convenções Contábeis, 08
 - 3.1 - A Convenção da Consistência, 08
 - 3.2 - A Convenção do Conservadorismo, 08
 - 3.3 - A Convenção da Materialidade, 09
 - 3.4 - A Convenção da Objetividade, 09
- 4.0 - Reclassificação das Contas, 09
- 5.0 - Equações Patrimoniais, 11
- 6.0 - Balanço Patrimonial, 12
 - 6.1 - Contas do Ativo, 12
 - 6.1.1 - Ativo Circulante, 13
 - 6.1.2 - Ativo Realizável a Longo Prazo, 13
 - 6.1.3 - Ativo Permanente, 13
 - 6.2 - Contas do Passivo, 13
 - 6.2.1 - Passivo Circulante, 13

- 6.3 - Contas do Patrimônio Líquido, 14**
 - 6.3.1 - Capital Social, 14**
 - 6.3.2 - Reservas de Capital, 14**
 - 6.3.3 - Reservas de Reavaliação, 14**
 - 6.3.4 - Reservas de Lucros, 14**
 - 6.3.5 - Lucros Acumulados, 15**
- 7.0 - Apuração do Resultado do Exercício, 15**
- 8.0 - Destinação do Resultado do Exercício, 17**
- 9.0 - Conceito dos Índices, 19**
 - 9.1 - Índices de Estrutura de Capitais, 19**
 - 9.1.1 - Participação de Capitais de Terceiros, 20**
 - 9.1.2 - Composição do Endividamento, 21**
 - 9.1.3 - Imobilização do Patrimônio Líquido, 21**
 - 9.1.4 - Imobilização dos Recursos Não Correntes, 22**
 - 9.2 - Índices de Liquidez, 22**
 - 9.2.1 - Liquidez Geral, 23**
 - 9.2.2 - Liquidez Corrente, 23**
 - 9.2.3 - Liquidez Seca, 24**
 - 9.3 - Índices de Rentabilidade, 24**
 - 9.3.1 - Giro do Ativo, 24**
 - 9.3.2 - Margem Líquida, 25**
 - 9.3.3 - Rentabilidade do Ativo, 25**
 - 9.3.4 - Rentabilidade do Patrimônio Líquido, 25**
- 10.0 - Balanços e DRE, 26**

- 11.0 - Metodologia, 29**
- 11.1 - Fonte de Dados, 29**
- 11.2 - Método de Análise, 30**
- 12.0 - Cálculo dos Índices, 30**
- 13.0 - Análise dos Índices, 33**
- 14.0 - Conclusão, 38**
- 15.0 - Referências Bibliográficas, 39**

1.0 - Introdução:

A Análise de Balanço consiste na transformação de dados contábeis, constituídos em termos técnicos e acessíveis somente a especialistas, em informações simples, claras e objetivas, capazes de respaldar, com elevado grau de segurança, decisões gerenciais. Esta análise visa relatar a partir de informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanço extrai-se informações sobre a posição passada, presente e futura(projetada) de uma empresa.

As duas principais características de análise de uma empresa são a comparação dos valores obtidos em determinado período com aqueles levantados em períodos anteriores e o relacionamento desses valores com outros afins. Assim, pode-se afirmar que o critério básico que norteia a análise de balanço é a comparação.

O presente trabalho tem por objetivo mostrar a importância de uma análise de balanço bem feita e demonstrar a eficiência da análise feita através dos índices.

2.0 - Princípios Contábeis:

Se estamos interessados nos Balanços e Demonstrações Contábeis como analistas, o sentido da expressão “política contábil” deve ser associado aos Princípios geralmente aceitos. Eles são as premissas básicas sobre fenômenos econômicos contemplados pela Contabilidade. São eles que regem uniformemente os atos e fatos administrativos e as demonstrações da área contábil.

A lei nº 6.404/76 consagra os Princípios da Contabilidade geralmente aceitos, reafirmando a obrigatoriedade de aplicação.

De acordo com a Res. CFC nº 750/93 são os seguintes os Princípios Fundamentais da Contabilidade:

- da Entidade;
- da Continuidade;
- da Oportunidade;
- do Registro pelo Valor Original;
- da Atualização Monetária;
- da Competência.

2.1 - Princípio da Entidade:

O Princípio da Entidade reconhece como objeto da Contabilidade o patrimônio e afirma a necessidade de diferenciação deste patrimônio entre sociedade ou instituições e sócios ou proprietários. As entidades se mantêm, como pessoas distintas dos sócios, sejam estas pessoas físicas ou jurídicas.

O Ativo, o Passivo e o Patrimônio líquido pertencem à entidade.

A conotação mais importante e distintiva do Princípio da Entidade é a capacitação que a Contabilidade tem de não confundir os interesses dos sócios dentro de uma empresa com os interesses da própria empresa.

2.2 - Princípio da Continuidade

Presume-se, em geral, que a empresa operará indefinidamente.

A Contabilidade gosta de analisar e “ver” a empresa como “algo em movimento”.

A observância do Princípio da Continuidade é indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de Resultado.

2.3 - Princípio da Oportunidade:

De acordo com a Res. nº 750/93, o Princípio da Oportunidade refere-se simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinado que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

A observância deste Princípio, tem como resultado:

a) desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência.

b) O registro compreende os elementos quantitativos e qualificativos, contemplando os aspectos físicos e monetários.

c) que o registro enseje o reconhecimento universal das variações ocorridas no Patrimônio da Entidade, em um período determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

2.4 - Princípio do Registro pelo Valor Original:

De acordo com este Princípio, os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressa o valor presente na moeda do País, que serão mantidas na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregação ou decomposição no interior da entidade.

Através deste Princípio fica claro que a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, este Princípio é compatível com o Princípio da Atualização Monetária e se complementam, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada.

2.5 - Princípio da Atualização Monetária:

Devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal, nova avaliação, devido aos efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional; mas o ajustamento dos valores originais para determinadas datas mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a induzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

2.6 - Princípio da Competência:

De acordo com o Princípio da Competência, as receitas e as despesas são atribuídas aos períodos de acordo com a real incorrência das mesmas, ou seja, de acordo com a data do fato gerador e não quando são recebidas ou pagas em dinheiro.

3.0 - Convenções Contábeis:

Dentro da ampla margem de liberdade que os Princípios permitem ao Contador, no registro das operações, as Convenções vêm restringir ou limitar ou mesmo modificar parcialmente o conteúdo dos Princípios, definindo mais precisamente seu significado. As Convenções Contábeis qualificam e delimitam Princípios.

3.1 - A Convenção da Consistência:

A Convenção da Consistência nos diz que, uma vez adotado determinado processo, dentre os vários possíveis que podem atender a um mesmo princípio geral, ele não deverá ser mudado com demasiada frequência, pois assim estaria sendo prejudicada a comparabilidade dos relatórios contábeis.

A finalidade desta Convenção é reduzir a área de inconsistência entre relatórios de uma mesma empresa, contribuindo, de certa forma, para um progresso mais rápido rumo à padronização e unificação contábeis dentro do mesmo setor de atividade.

3.2 - A Convenção do Conservadorismo:

Esta convenção consiste em que, por motivos de precaução, sempre que o Contador se defrontar com alternativas igualmente válidas de atribuir valores diferentes a um elemento do Ativo (ou do Passivo), deverá optar pelo mais baixo para o Ativo e pelo mais alto para o Passivo.

3.3 - A Convenção da Materialidade:

Esta convenção reza que, a fim de evitar desperdício de tempo e de dinheiro, devem-se registrar na Contabilidade apenas os eventos dignos de atenção e na ocasião oportuna. Não se preocupar com miudezas.

3.4 - A Convenção da Objetividade:

Esta Convenção consiste em, sempre que possível, apoiar-se em documentos e evidências as mais objetivos possíveis.

4.0 - Reclassificação das Contas:

Para uma melhor eficiência da análise são necessários alguns ajustes, ou seja, uma nova classificação ou um novo reagrupamento das contas, sobretudo no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício.

Em 1989, Marion cita contas que deverão ser reclassificadas, são elas:

- a) Duplicata Descontada;
- b) Despesas do Exercício Seguinte;
- c) Imóveis a Venda;
- d) Resultado de Exercícios Futuros;
- e) Receitas / Despesas Financeiras;
- f) Capital a Integralizar;
- g) Adiantamento de Cliente;
- h) Adiantamento de Aluguel.

NO BALANÇO PATRIMONIAL:**a) Duplicata Descontada:**

Ficou reclassificada no Passivo Circulante, tem por motivo a padronização de critérios de tratamento para todas as empresas.

b) Despesas do Exercício Seguinte:

Esta conta está classificada no Ativo Circulante. Trata-se de uma despesa antecipada. Caso o valor dessa conta seja relevante em relação ao Ativo Circulante, deverá ser excluída desse grupo e subtraída do Patrimônio Líquido.

c) Imóveis à Venda:

Passa a ser Realizável a Longo Prazo.

d) Resultados dos Exercícios Futuros:

Se houver absoluta certeza de que a receita não será devolvida, o montante constante neste grupo é lucro, ainda que estimado.

Os valores recebidos por antecipação (adiantamentos) para futura entrega de produtos ou serviços classificados no grupo de Resultado de Exercícios Futuros, se houver necessidade de devolução, no caso de não cumprimento das condições contratuais, deverão ser reclassificados, no Passivo Circulante, desde que as obrigações vençam até o fim do exercício seguinte, ou no Exigível a Longo Prazo, caso vençam após o exercício seguinte.

Assim, o grupo Resultado de Exercícios Futuros será eliminado para efeito de análise, sendo reclassificado no Patrimônio Líquido ou no Passivo Exigível, conforme o risco de devolução da parcela recebida antecipadamente.

NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

Deverão ser reclassificadas as contas de Despesas Financeiras (e Receitas Financeiras), que pela lei das Sociedades Anônimas, estão no grupo operacional. Com a reclassificação passa a ser não operacional.

5.0 - Equações Patrimoniais:

O Patrimônio de uma empresa divide-se em três partes distintas, a saber:

- 1- Ativo (A);
- 2- Passivo (P);
- 3- Patrimônio Líquido (PL).

O Ativo é o conjunto de bens e direitos da empresa. Os bens são as coisas capazes de satisfazerem as necessidades humanas e suscetíveis de avaliação econômica. Constituem direitos para a empresa todos os valores que a mesma tiver a receber de terceiros.

O Passivo é constituído pelas origens dos recursos externos; são as obrigações, que constituem para a empresa todos os valores que a mesma tiver que pagar para terceiros.

O Patrimônio Líquido é o quarto grupo de elementos patrimoniais que, com os Bens, com os Direitos e com as Obrigações, completará o Balanço Patrimonial e, é composto pelos seguintes elementos:

- . Capital
- . Reservas

. Lucros ou Prejuízos Acumulados.

O total do grupo PL é igual ao valor da Situação Líquida da empresa. Assim, se a Situação Líquida for positiva, o total do grupo PL será igualmente positiva, se, por outro lado, a Situação Líquida da empresa for negativa, o total do grupo PL será igualmente negativa, e, ainda, se a Situação Líquida da empresa for nula, o grupo PL também refletirá essa situação.

Em resumo, a equação básica do Patrimônio de uma empresa pode apresentar três situações distintas:

1- $A - P = P.L.$, quando $A > P$

2- $A - P = S.L.N$ (Situação Líquida Nula), quando $A = P$

3- $A - P = P.D$ (Passivo a Descoberto), quando $A < P$

6.0 - Balanço Patrimonial:

O Balanço apresenta a posição patrimonial de uma empresa em dado momento, normalmente ao término de cada exercício. Ele servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.

O Art. 178 da Lei nº 6.404/76, recomenda que as contas do Balanço sejam classificadas segundo os elementos do patrimônio que elas representem, sendo agrupados de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. Para tanto, as contas do Ativo deverão ser dispostas em ordem decrescente de realização ou convensibilidade (grau de liquidez) e as contas do Passivo na mesma ordem quanto ao seu grau de exigibilidade.

6.1 - Contas do Ativo:

O Ativo compreende os bens e os direitos da entidade expressos em moeda; as contas do Ativo registram os tipos e finalidades das aplicações de recursos feitas pela empresa.

6.1.1 - Ativo Circulante:

Bens e direitos realizáveis até 12 meses, compreendendo as aplicações em disponibilidades, bem como, os direitos de crédito sobre clientes e outros devedores da empresa, os estoques de bens e outros bens e valores.

6.1.2 - Ativo Realizável a Longo Prazo:

Bens e direitos cuja realização se faz após o término do exercício social subsequente à data do Balanço.

6.1.3 - Ativo Permanente:

O Ativo Permanente é o último grupo de contas do Ativo, apresentando assim, o menor grau de liquidez.

Este grupo é subdividido em: Investimento(imobilizações financeiras), Ativo Imobilizado(imobilizações técnicas) e Ativo Diferido.

6.2 - Contas do Passivo:

Correspondem a parte do Patrimônio que a empresa deve para terceiros. Por isso, são também chamadas de Capitais de Terceiros, pois a empresa tem que pagá-los para terceiros.

6.2.1 - Passivo Circulante:

Corresponde as obrigações vencíveis até 12 meses da data do Balanço.

6.3 - Contas do Patrimônio Líquido:

Representa a identidade contábil medida pela diferença entre o total do Ativo e os grupos do Passivo Exigível e resultados de exercício futuros. Indica, em outras palavras, o volume dos recursos próprios da empresa, pertencente aos seus acionistas ou sócios.

6.3.1 - Capital Social:

O Capital Social inclui os valores investidos pelos acionistas ou sócios da sociedade (integralização de capital), ou aqueles gerados pela própria empresa (lucros), e, que não foram distribuídos.

6.3.2 - Reservas de Capital:

Compreende as Reservas formadas com ágio recebido na subscrição de ações, doações, subvenções, produtos de alienação de bônus de subscrição e partes beneficiárias, prêmios recebidos na emissão de debêntures e, ainda, a reserva resultante da correção monetária do capital.

6.3.3 - Reservas de Reavaliação:

Representam as contrapartidas de aumentos de valor atribuído a elementos do Ativo em virtude de novas avaliações.

6.3.4 - Reservas de Lucros:

Estas Reservas indicam os lucros retidos da empresa com finalidades específicas.

6.3.5 - Lucros Acumulados:

Representa a parcela de lucro remanescente, após a constituição de reservas e distribuição de dividendos, que a empresa pretenda manter retida para uso em futuro aumento de capital, absorção de prejuízos ou outras destinações, a critério dos sócios ou acionistas. Caso a empresa tenha prejuízo deverá absorvê-lo com lucros ou reservas. Não havendo condição de absorção, os prejuízos acumulados deverão figurar como parcela subtraída do grupo do Patrimônio Público.

7.0 - Apuração do Resultado do Exercício:

Ao final de cada exercício social, as empresas realizam uma série de procedimentos visando a apuração do Resultado do Exercício e a elaboração das Demonstrações Contábeis e do Balanço Patrimonial.

A apuração do Resultado do Exercício, consiste em verificar, através das Contas de Resultado(Despesas e Receitas), se a movimentação do Patrimônio da empresa apresentou Lucro ou Prejuízo no período.

Entre as muitas finalidades da Demonstração do Resultado do Exercício podem-se citar as mais importantes:

- a) os acionistas e quotistas são informados sobre os resultados das operações;
- b) os bancos podem apurar, através dela, a rentabilidade das empresas para atender aos financiamentos solicitados pelos mesmos;
- c) interessa aos investidores de ações e debêntures;
- d) os próprios administradores para medirem suas eficiências e, quando necessário, alterarem a política dos negócios da empresa, como por exemplo: alteração de preços, aumento da produção, expansão da propaganda, etc.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Demonstração do Resultado do Exercício terá a seguinte disposição:

1. Receita Operacional Bruta

Vendas de Produtos ou Mercadorias

Prestação de Serviços

2. Deduções

Devoluções de Produtos ou Mercadorias

Abatimentos Concedidos Incondicionalmente

Impostos Incidentes Sobre as Vendas

3. Receita Operacional

4. Custos Operacionais

Custos dos Produtos ou Mercadorias Vendidas

Custos dos Serviços Prestados

5. Lucro (ou Prejuízo) Operacional Bruto

6. Despesas Operacionais

Despesas Comerciais

Despesas Administrativas

Despesas Financeiras

Outras Despesas Operacionais

7. Lucro (ou Prejuízo) Operacional Líquido

8. Resultado não - operacional

Receitas não - operacionais

(-) Despesas não - operacionais

9. (+) Resultado da Correção Monetária

10. Resultado Antes da Contribuição Social.
11. Contribuição Social.
12. Resultado do Exercício Antes do Imposto de Renda.
13. Provisão para o Imposto de Renda.
14. Resultado do Exercício Depois do Imposto de Renda.
15. Participações

Participações de Empregados

Participação de Administradores

Contribuição para o Fundo de Assistência ou Previdência dos
Empregados.

16. Lucro (ou Prejuízo) Líquido do Exercício
(R\$ por ação do capital social).

8.0 - Destinação do Resultado do Exercício:

Surge para a administração da empresa um problema de fundamental importância depois de apurado o Lucro Líquido do exercício: como distribuir o Lucro?

As formas de distribuição tem profundas repercussões na vida da empresa, qualquer decisão nesse sentido deverá ser cuidadosamente estudada.

Existe a Distribuição Direta que são as parcelas do Lucro Líquido que passam diretamente às mãos do sócios, acionistas ou quotistas, sob a forma de participação ou dividendos; e existe também, a Distribuição Indireta, que são as parcelas do lucro líquido que permanecem retidos na empresa, sob a forma de Reservas ou Lucros Acumulados. É portanto, um reforço do capital da empresa.

Além das determinações legais, existem exigências estatutárias ou contratuais que prescrevem a forma de distribuição dos lucros da empresa do mesmo modo que, em determinadas circunstâncias, os órgãos da administração da empresa poderão arbitrar a melhor maneira de se distribuir os lucros obtidos.

Em princípio, nunca se deverá distribuir a totalidade dos lucros, sob pena de descapitalizar a empresa. A distribuição indireta dos lucros é importante no sentido de: resguardar a estrutura econômico-financeira da empresa, possibilitando o fortalecimento de seus capitais próprios; e oferecer a remuneração satisfatória aos sócios ou acionistas a uma taxa, se possível, superior à taxa média de juros do mercado, considerando-se os riscos inerentes aos negócios.

A destinação do Resultado do Exercício será apresentada na Demonstração de Lucros (ou Prejuízos) Acumulados de acordo com os seguintes modelos:

Demonstração de Lucros (ou Prejuízos) Acumulados

Saldo de Lucros Acumulados no Início do Período

- (+) Ajustes de Exercícios Anteriores
- (+) Correção Monetária Sobre o Saldo Inicial
- (+) Reversão de Reserva
- (+) Lucro Líquido do Exercício

Lucro Total Disponível

- (-) Transferência para Reserva de Lucros
 - a) Reserva Legal
 - b) Reservas Estatutárias
 - c) Reservas para Contingências

d) Retenção de Lucros (Reserva Orçamentária

e) Reserva de Lucros a Realizar

(-) f) Dividendos

Saldo de Lucros Acumulados no Final do Período.

9.0 - Conceito dos Índices:

A Análise de Balanços encontra seu ponto mais importante no cálculo e avaliação do significado dos índices, relacionando, principalmente, itens e grupos do Balanço e da Demonstração do Resultado, visto que é bem mais fácil apreciar certas relações ou percentuais, que observar o montante por si só.

Pode-se subdividir a análise das Demonstrações Contábeis em análise da situação financeira e análise da situação econômica.

Inicialmente, analisa-se a situação financeira separadamente da situação econômica; logo depois, juntam-se as conclusões dessas duas análises.

A principal finalidade do uso dos índices é permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com padrões preestabelecidos. A finalidade da análise é, mais do que retratar o que aconteceu no passado, tem como base fornecer informações sobre o que poderá acontecer no futuro.

9.1 - Índices de Estrutura de Capitais:

Estes índices relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do Capital Próprio com relação ao Capital de Terceiros. São quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa junto a Capital de Terceiros. Os

índices desse grupo mostram as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos.

9.1.1 - Participação de Capitais de Terceiros:

<p>Fórmula: $\frac{CT}{PL} \times 100 : \frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$</p>

Este índice é um dos mais utilizados para retratar o posicionamento das empresas com relação aos Capitais de Terceiros. Grande parte das empresas que vão à falência apresenta, durante um período relativamente longo, alto índice de Participação de Capitais de Terceiros.

Isto não significa que uma empresa com um alto índice necessariamente irá a falência, mas todas ou quase todas as empresas que vão à falência apresentam este sintoma.

Ele indica quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 100,00(Cem Reais) de Capital Próprio investido. Portanto quanto menor, melhor.

Este índice relaciona, portanto, as duas grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, Capitais Próprios e Capitais de Terceiros. É um indicador de risco ou dependência a terceiros, por parte da empresa. Também pode ser chamado índice de Grau de Endividamento.

Do ponto de vista estritamente financeiro, quanto maior a relação Capitais de Terceiros/PL menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência a esses Terceiros. É desse ângulo que se interpreta o índice de Participação de Capitais de Terceiros.

Do ponto de vista de obtenção de lucro, pode ser vantajoso para a empresa trabalhar com capitais de terceiros, se a remuneração paga a esses capitais for menor do que o lucro conseguido com a sua aplicação nos negócios.

Portanto, sempre que se aborda o índice de Participação de Capitais de Terceiros, está-se fazendo análise exclusivamente do ponto de vista financeiro, ou seja, do risco de insolvência e não em relação ao Lucro ou Prejuízo.

9.1.2 - Composição do Endividamento:

Fórmula: $\frac{P C}{C T} \times 100 : \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$
--

O passo seguinte, após se conhecer o grau de Participação de Capitais de Terceiros, é saber qual a composição dessas dívidas. Uma coisa é ter dívidas de curto prazo que precisam ser pagas com os recursos possuídos hoje, mais aqueles gerados a curto prazo (e nós sabemos as dificuldades em gerar recursos a curto prazo); outra coisa é ter dívidas a longo prazo, pois aí a empresa dispõe de tempo para gerar recursos para pagar essas dívidas.

Este índice indica qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. Portanto, quanto menor, melhor.

9.1.3 - Imobilização do Patrimônio Líquido:

Fórmula: $\frac{A P}{P L} \times 100 : \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$

A fórmula acima apresenta o percentual do Ativo Permanente em relação ao Patrimônio Líquido.

As aplicações dos recursos do Patrimônio Líquido são mutuamente exclusivos do Ativo Permanente e do Ativo Circulante. Quanto mais a empresa investir no Ativo

Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante.

O ideal em termos financeiros é a empresa dispor de Patrimônio Líquido suficiente para cobrir o Ativo Permanente e ainda sobrar uma parcela - CCP = Capital Circulante Próprio, suficiente para financiar o Ativo Circulante.

9.1.4 - Imobilização dos Recursos Não Correntes:

<p>Fórmula: $\frac{A P}{PL + ELP} \times 100 : \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$</p>
--

Este índice indica que percentual de Recursos Não Correntes a empresa aplicou no Ativo Permanente. Quando menor este índice melhor.

Os elementos do Ativo Permanente tem vida útil que pode ser de 2, 5 ou 10 anos. Assim, não é necessário financiar todo o Imobilizado com recursos próprios.

Daí a lógica de comparar as aplicações fixas (Ativo Permanente) com os Recursos Não Correntes (Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo).

Uma consideração importante é que índice não deve, em regra, ser superior a 100%. Ainda que a empresa quase tenha necessidade de Ativo Circulante, deve sempre existir um pequeno excesso de Recursos Não Correntes, em relação às Imobilizações, destinado ao Ativo Circulante - CCL (Capital Circulante Líquido).

9.2 - Índices de Liquidez:

Os índices desse grupo mostram a base da situação financeira da empresa.

Muitas pessoas confundem índices de liquidez com índices de capacidade de pagamento. Os índices de liquidez não são índices extraídos do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas de dinheiro. São índices que, a partir do confronto dos Ativos Circulantes com as Dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa. Uma empresa com bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variações como prazo, renovação de dívidas, etc.

9.2.1 - Liquidez Geral:

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Este índice indica quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada 1 de dívida total. Portanto, quanto maior, melhor.

É a capacidade financeira da empresa para solver todos os seus compromissos para com seus credores de curto e longo prazos (Passivo Exigível).

9.2.2 - Liquidez Corrente:

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Destina-se a avaliar a capacidade da empresa de pagar suas obrigações a curto prazo. Por isso, sem a pretensão de estabelecer padrões, afirma-se que este índice deverá ser, na medida das necessidades da empresa, maior que 1, a fim de se manter uma certa margem de segurança financeira a atender ao nível de encaixe.

9.2.3 - Liquidez Seca:

Fórmula: Disponível + Duplicatas a Receber + Outros Direitos de <u>Rápida Conversibilidade em Dinheiro</u> Passivo Circulante
--

Este índice é um teste de força aplicado à empresa; visa medir o grau de excelência da sua situação financeira.

Como os estoques dependem, para sua realização, de diversos fatores (transformação, venda a vista ou a prazo, etc.), os quais estão sujeitos a imprevistos (retração de mercado, perecimento, obsolescência, etc.), alguns analistas os eliminam do Ativo Circulante, a fim de verificar as possibilidades da empresa no atendimento de suas dívidas a curto prazo.

9.3 - Índices de Rentabilidade:

Os índices deste grupo mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa.

9.3.1 - Giro do Ativo:

Fórmula: $\frac{V}{AT} : \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio}}$

Indica quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total. O sucesso de uma empresa depende em primeiro lugar de um volume de vendas adequado.

O volume de vendas tem relação direta com o montante de investimentos. Não se pode dizer se uma empresa está vendendo pouco ou muito olhando-se apenas para o valor absoluto de suas vendas.

9.3.2 - Margem Líquida:

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{LL}}{\text{V}} \times 100 : \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

Este índice indica, quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 vendidos. Portanto, quanto maior, melhor.

9.3.3 - Rentabilidade do Ativo:

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{LL}}{\text{AM}} \times 100 : \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio}} \times 100$$

Indica quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 de investimento total médio. Ele mostra quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao Ativo. É uma medida do potencial de geração de lucro da parte da empresa. Não é exatamente uma medida de rentabilidade do capital, mas uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se. É ainda uma medida de desempenho comparativo da empresa ano a ano.

9.3.4 - Rentabilidade do Patrimônio Líquido:

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{LL}}{\text{PLM}} : \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$$

Este índice indica quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$ 100,00 de Capital Próprio investido. A verificação pura e simples do valor do lucro líquido de uma empresa não é esclarecedora. É preciso comparar esse valor com o Capital Próprio investido. O papel do índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do Capital Próprio. Essa taxa pode ser comparada com a de outros rendimentos alternativos no mercado, como: Caderneta de Poupança, Letras de Câmbio, OTN, CDB, RDB, Ações, Aluguéis e de outras empresas; com isso se pode avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior.

O Lucro Líquido, além de estar expurgado da inflação, acha-se expresso em moeda do final do exercício, O Patrimônio Líquido Médio, portanto, também deve estar em moeda do final do exercício.

10.0 - Balanços e DRE:

a) Nome da Empresa: Primor Comércio e Indústria de Alimentos Ltda.

b) É uma sociedade limitada.

c) Empresa iniciou no Mercado cearense em 1994.

“BALANÇO PATRIMONIAL”

ATIVO	31.12.95	31.12.94
CIRCULANTE	<u>1.639.555,64</u>	<u>208.997,93</u>
Caixa	3.776,76	54,91
Bancos c/Movimento	4.125,69	322,99
Clientes	369.210,55	78.587,51

(-) Provisão p/Devedores Duvidosos	12.034,44	2.357,63
Adiantamento a Fornecedores	433.085,31	250,82
Imposto a Recuperar	26,95	711,27
Estoques	839.222,81	127.553,08
Despesas Antecipadas	2.052,02	3.874,98
PERMANENTE	<u>249.081,49</u>	<u>167.571,17</u>
IMOBILIZADO	<u>248.804,50</u>	<u>167.238,62</u>
Móveis e Utensílios	10.401,34	2.468,53
Veículos	184.857,37	122.985,63
Máquinas e Equipamentos	110.418,68	64.108,59
Instalações	3.001,12	-
Direito de Uso de Linha Telefônica	6.494,01	3.745,00
(-) Depreciação Acumulada	66.368,08	26.069,13
DIFERIDO	<u>284,99</u>	<u>332,55</u>
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	335,28	350,09
(-) Amortizações Acumuladas	50,29	17,54
TOTAL DO ATIVO (US\$)	1.888.645,13	376.569,10
PASSIVO	31.12,95	31.12,94
CIRCULANTE	<u>1.685.942,00</u>	<u>330.610,95</u>
Fornecedores	1.054.764,43	113.319,47
Obrigações Sociais e Tributárias	113.392,07	32.712,47
Contas a Pagar	1.035,01	1.514,04

Banco c/garantida	366.763,22	2.399,15
Adiantamentos de Clientes	-	180.431,10
Empréstimos Bancários	4.002,01	-
Provisão p/Contribuição Social	27.707,97	234,72
Provisão p/Imposto de Renda	118.277,30	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>202.703,12</u>	<u>45.958,15</u>
Capital Social	25,40	670,46
Subscrito	917,57	24.218,94
(-) A Integralizar	892,17	23.548,48
Reservas de Capital	31.276,12	32.088,13
Lucro ou Prejuízo Acumulado	171.401,61	13.199,56
TOTAL DO PASSIVO (US\$)	<u>1.888.645,13</u>	<u>376.569,10</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

	1995	1994
Receita Operacional Bruta	5.263.045,38	915.764,57
(-) Imposto e Devoluções	<u>392.168,05</u>	<u>30.048,86</u>
Receita Operacional Líquida	<u>4.869.877,33</u>	<u>885.715,71</u>
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>3.798.453,55</u>	<u>874.461,38</u>
Lucro Operacional Bruto	<u>1.071.423,78</u>	<u>11.254,33</u>
(-) Despesas Operacionais	<u>237.781,80</u>	<u>72.460,27</u>
Administrativas	123.469,37	48.687,32
Com Pessoal	74.996,72	19.866,73
Tributários	39.315,71	1.866,46

Depreciações Amortizações	-	2.039,76
(-) Provisão p/Risco de	11.945,12	2.205,12
Formação	12.034,44	3.146,65
(-) Reversão	89,32	941,53
(-) Resultado Financeiro	714.084,50	9.521,44
Despesas	749.240,63	22.473,68
(-) Receitas	35.156,13	12.952,24
(+) Outras Receitas Operacionais	3.556,39	1.763,71
(-) Outras Despesas Operacionais	-	86,05
Lucro Operacional	111.168,75	71.254,84
(+) Resultado da Correção Monetária do		
Balanço	192.370,80	69.240,34
(+) Resultado de Alienação de Bens	36,70	-
(-) Resultado na Conversão da Moeda	-	-
<u>Lucro antes da Contribuição Social</u>	<u>303.576,25</u>	<u>(2.014,50)</u>
(-) Provisão p/Contribuição Social	27.699,08	-
<u>Lucro Antes do Imposto de Renda</u>	<u>275.877,17</u>	<u>(2.014,50)</u>
(-) Provisão p/Imposto de Renda	118.277,30	-
<u>Lucro Líquido do Exercício</u>	<u>157.599,87</u>	<u>(2.014,50)</u>

11.0 - Metodologia:

11.1 - Fonte de Dados:

Neste estudo são utilizadas as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício) da empresa Primor Comércio e Indústria de Alimentos Ltda., nos períodos anuais de 1994 e 1995. Estes dados estão apresentados dispostos em colunas, sendo que cada ano está demonstrado em dólar.

11.2 - Método de Análise:

Neste trabalho serão analisados o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado de Exercício, tendo em vista que, através destas demonstrações é possível evidenciar, de forma objetiva, a situação financeira e econômica da empresa analisada.

Iudicibus (1988), estudando a sistema de informação contábil, destaca a importância da observância dos Princípios Contábeis, pois são considerados os conceitos básicos que seguem a Contabilidade, visando a tratamento contábil uniforme dos atos e fatos administrativos e das demonstrações delas decorrentes.

12.0 - Cálculo dos Índices:

$$12.1 - \text{Participação de Capitais de Terceiros} = \frac{CT}{PL} \times 100$$

$$\text{Em 1994} : \frac{330.610,95}{45.958,15} \times 100 = 719\%$$

$$\text{Em 1995} : \frac{1.685.942,00}{202.703,12} \times 100 = 831\%$$

$$12.2 - \text{Composição do Endividamento} = \frac{PC}{CT} \times 100$$

$$\text{Em 1994 : } \frac{330.610,95}{330.610,95} \times 100 = 100\%$$

$$\text{Em 1995 : } \frac{1.685.942,00}{1.685.942,00} \times 100 = 100\%$$

$$\text{12.3 - Imobilização do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{A P}}{\text{P L}} \times 100$$

$$\text{Em 1994 : } \frac{167.571,17}{45.958,15} \times 100 = 364\%$$

$$\text{Em 1995 : } \frac{249.081,49}{202.703,12} \times 100 = 122\%$$

$$\text{12.4 - Imobilização dos Recursos Não Correntes} = \frac{\text{A P}}{\text{PL + ELP}} \times 100$$

$$\text{Em 1994 : } \frac{167.571,17}{45.958,15} \times 100 = 364\%$$

$$\text{Em 1995 : } \frac{249.081,49}{202.703,12} \times 100 = 122\%$$

$$\text{12.1.1 - Liquidez Geral} = \frac{\text{AC + RLP}}{\text{PC + ELP}}$$

$$\text{Em 1994 : } \frac{208.997,93}{330.610,95} = 0,63$$

$$\text{Em 1995 : } \frac{1.639.555,64}{1.685.942,00} = 0,97$$

$$12.1.2 - \text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

$$\text{Em 1994 : } \frac{208.997,93}{330.610,95} = 0,63$$

$$\text{Em 1995 : } \frac{1.639.555,64}{1.685.942,00} = 0,97$$

$$12.1.3 - \text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Disponível} + \text{Dup. Rec.} + \text{Outros Direitos de Rápida Convencibilidade em Dinheiro.}}{\text{P C}}$$

P C

$$\text{Em 1994 : } \frac{208.997,93 - 127.553,08}{330.610,95} = 0,24$$

$$\text{Em 1995 : } \frac{1.639.555,64 - 839.222,81}{1.685.942,00} = 0,47$$

$$12.1.4 - \text{Giro do Ativo} = \frac{\text{V}}{\text{AM}}$$

$$\text{Em 1994 : } \frac{885.715,71}{1.132.607,12} = 0,78$$

$$\text{Em 1995 : } \frac{4.869.877,33}{1.132.607,12} = 4,30$$

$$12.1.5 - \text{Margem Líquida} = \frac{\text{LL}}{\text{V}} \times 100$$

Em 1994 : Zero.

$$\text{Em 1995 : } \frac{157.599,87}{4.869.877,33} \times 100 = 3\%$$

$$12.1.6 - \text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{LL}}{\text{AM}} \times 100$$

Em 1994 : Zero.

$$\text{Em 1995 : } \frac{157.599,87}{1.132.607,12} \times 100 = 13\%$$

$$12.1.7 - \text{Rentabilidade do P.L.} = \frac{\text{LL}}{\text{PL Médio}} \times 100$$

Em 1994 : Zero.

$$\text{Em 1995 : } \frac{157.599,87}{124.330,63} \times 100 = 126\%$$

13.0 - Análise dos Índices:

13.1 - Participação de Capitais de Terceiros:

$$1994 = 71\%$$

Índices:

$$1995 = 831\%$$

Este índice é péssimo. Do ponto de vista estritamente financeiro, quanto maior a relação Capitais de Terceiros / PL menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou

maior a dependência a esses Terceiros. Tanto em 1994 como em 1995 estes índices estão fora do limite de normalidade de quocientes padrões do mesmo ramo de atividade, piorando de um ano para o outro; o que é ruim para a empresa.

13.2 - Composição do Endividamento:

1994 = 100%

Índices:

1995 = 100%

Este índice não é bom. Uma coisa é ter dívidas de curto prazo que precisam ser pagas com os recursos possuídos hoje, mais aqueles gerados a curto prazo (e nós sabemos as dificuldades em gerar recursos a curto prazo); outra coisa é ter dívidas a longo prazo, pois aí a empresa dispõe de tempo para gerar recursos para pagar essas dívidas. Tanto em 1994 como em 1995 das suas obrigações totais, 100% são obrigações a curto prazo.

13.3 - Imobilização do Patrimônio Líquido:

1994 = 364%

Índices:

1995 = 122%

Melhorou de 1994 para 1995, pois este índice baixou consideravelmente, mas ainda não é o ideal. As aplicações dos recursos do PL são mutuamente exclusivas do Ativo Permanente e do Ativo Circulante. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante. O ideal em termos financeiros é a empresa dispor de patrimônio líquido suficiente para cobrir o Ativo

Permanente e ainda sobrar uma parcela suficiente para financiar o Ativo Circulante. Mas temos que levar em conta que esta Empresa é uma Indústria e o AP dela, será mesmo alto.

13.4 - Imobilização dos Recursos Não Correntes:

1994 = 364%

Índices:

1995 = 122%

Mas, temos que levar em conta que esta Empresa é uma Indústria, e o AP dela, será mesmo alto.

13.5 - Liquidez Geral:

1994 = 0,63

índices:

1995 = 0,97

Para todos os índices de liquidez, o índice considerado ideal é o “two for one” entre Direitos e Obrigações.

A maioria das empresas deste ramo de atividade apresenta índice de liquidez geral entre 0,40 e 1,40.

Houve um aumento deste índice de 1994 para 1995, o que é bom para a empresa. Em 1995, para cada R\$ 1,00 de Capital de Terceiros, há R\$ 0,97 de Ativo Circulante. Está dentro do limite de normalidade, mas o ideal seria que este índice fosse superior à unidade.

13.6 - Liquidez Corrente:

$$1994 = 0,63$$

Índice:

$$1995 = 0,97$$

A maioria das empresas deste ramo de atividade apresentam índice de Liquidez Corrente entre 0,51 a 2,00.

Houve um aumento deste índice de 1994 para 1995 o que é bom para a empresa. Em 1995, o índice indica a existência de R\$0,97 no Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo. Está dentro dos limites de normalidade, mas o ideal seria que este índice fosse superior à unidade, a fim de se manter uma certa margem de segurança financeira a atender ao nível de caixa.

13.7 - Liquidez Seca:

$$1994 = 0,24$$

Índices:

$$1995 = 0,47$$

O limite de normalidade dos índices deste ramo de atividade está entre 0,40 a 2,75.

Em 1994, este índice encontrou-se fora do limite de normalidade. Já em 1995, para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo há R\$ 0,47 de disponibilidades; estando dentro do limite de normalidade; não sendo o ideal é claro.

13.8 - Giro do Ativo:

1994 = 0,78

Índices:

1995 = 4,30

Em 1995 o Ativo girou 4,30 vezes no ano pelas vendas, ou seja, a empresa vendeu o equivalente a 4,30 vezes o seu ativo. Em aproximadamente 30 vezes, a empresa recupera uma vez seu ativo. Quanto maior for o giro do Ativo pelas vendas, maior deverá ser a taxa de lucro.

13.9 - Margem Líquida:

Índices: 1995 = 3%

Limites de Normalidade: 1 a 9% (dentro do mesmo ramo de atividade).

Em 1995 houve um retorno obtido de 3% para cada R\$ 100,00 de mercadorias, após a dedução do imposto de renda. Está dentro do limite de normalidade.

13.10 - Rentabilidade do Ativo:

Índices: 1995 = 13%

Em 1995, em porcentagem, significa que a taxa de retorno sobre o investimento é de 13%(treze por cento).

13.11 - Rentabilidade do Patrimônio Líquido:

Índices: 1995 = 126%

Para cada R\$ 100,00 de Capital Próprio Investido, a empresa obteve de lucro R\$ 26,00 acima do PL. É um bom índice.

14.0 - Conclusão:

De certa forma, a análise de balanços tornou-se um capítulo especial e preponderante no estudo da Contabilidade. Analisar um ou mais Balanços ou Demonstrações Contábeis requer do profissional, experiência e sabedoria. As evidências por ele constatada e os relatórios por ele emitidos, servirão de base para a atuação da administração financeira da empresa, bem como, para os sócios e acionistas e para os demais interessados na análise.

O ponto comum da análise de balanços é a retirada de informações, que servirão de base para a elaboração do comportamento administrativo futuro, ou seja, a tomada de decisões da administração como um todo.

Portanto, como foi visto, este se torna o objetivo básico da análise de balanços: a determinação da posição econômico-financeira da empresa. Dependendo do patamar em que esta se encontra é que os principais usuários da análise, tirarão suas conclusões e elaborarão a política à qual se adequará o empreendimento. A administração da empresa tomará as providências, que julgar necessárias, junto com as interpretações e pareceres emitidos pelo analista, para manter a empresa no mercado, em condições de competitividade, na busca incessante de maior receita, aumentando lucros e melhorando sua posição econômico-financeira.

15.0 - Referências Bibliográficas:

FRANCO, Hilário. Contabilidade Industrial, Atlas, 1993.

GITMAN, Lawrence J. Princípios da Administração Financeira, do Brasil
Ltda., 1978.

IUDÍCIBUS, Sérgio de Análise de Balanço. Atlas, 1982.

MARTINS, Eliseu e Assaf, Neto, Alexandre - Administração Financeira, as
Finanças das Empresas sob Condições Inflacionárias, Atlas, 1985.

QUICI, Frederico- Leituras em Administração Contábil e Financeira.
Fundação Getúlio Vargas, 1973.

VIEIRA, Roberto - Introdução ao Orçamento Empresarial e
Contabilidade Financeira, AFE/SEGRAFE.

WALTER, Milton Augusto - Plano de Contas, Manuais CNI, 1991.